



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE PLANO DE CUSTEIO E DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Declaro perante ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que o **PLANO DE CUSTEIO** desta Autarquia Municipal, está estabelecido na **Lei Complementar nº 2.643/2022**, de 08/12/2022, em seu **Art. 4º, Inciso II, alíneas “a” e “b”, Inciso III e IV**, que estabelece as alíquotas das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas em 14% (quatorze por cento). E a contribuição previdenciária do Ente Federativo (Parte Patronal) é no percentual de 17,20% (dezessete, virgula vinte por cento).

E o **PLANO DE AMORTIZAÇÃO** está estabelecido na **Lei Municipal nº 2.448/2021**, de 05/07/2021, após alteração da redação do Art. 4º, por meio da **Lei Municipal nº 2.482/2021**, de 24/09/2021, e ainda a **Lei Municipal nº 2.808/2024**, de 03/04/2024, que incluiu a Amortização Insuficiência Financeira/2022. Sendo essas as legislações que vigoram no exercício financeiro de 2024 e estando compatível com a alíquota sugerida pelo parecer do atuário responsável inserto nas avaliações anteriores a esse exercício, e por meio da Reforma Previdenciária com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 12/11/2019, em que no exercício de 2024 as alíquotas das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, é de 14% (quatorze por cento). E a contribuição previdenciária do Ente Federativo (Parte Patronal) é no percentual de 17,20% (dezessete, virgula vinte por cento).

Desta forma, o plano de amortização do déficit atuarial estabelecido pelas Leis Municipais nº 2.448/2021, nº 2.482/2021, nº 2.643/2022, e nº 2.808/2024, vigente no exercício financeiro de 2024, foram promovidas para em compatibilidade com o parecer do atuário responsável inserto na avaliação atuarial do exercício de 2024, contendo as ações alinhadas com a aplicabilidade das alíquotas para os servidores ativos, inativos e pensionistas, e os valores definidos do aporte anual previsto para o exercício financeiro de 2024, com as suas devidas correções estabelecidas em legislação.

Ressaltamos, conforme relatórios técnicos da Avaliação Atuarial do exercício de 2024, visando suprir o déficit atuarial apontado para o ajuste do equilíbrio financeiro e atuarial, esta Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social alterou a Lei Municipal nº 995/2007, de 10/10/2007, por meio das Leis Municipais nº 2.448/2021, nº 2.482/2021, nº 2.643/2022 e nº 2.808/2024, em que o Ente Federativo tomou as providencias para fins de atendimento ao plano de amortização apresentado no cálculo da Avaliação Atuarial do exercício de 2024, e para a sua



*Instituto de Previdência dos Servidores do
Município de Santa Maria de Jetibá - ES*

execução durante o exercício financeiro de 2024.

Deste modo, os valores dos aportes apontados para o exercício de 2024 foram aqueles estabelecidos, e como mencionados, esses valores permaneceram linearmente anualmente como definido na Lei Municipal nº 2.448/2021 até o ano de 2024 e que após esse período os valores desses aportes estão definidos com valores iguais a legislação anterior até o termino da amortização do déficit atuarial.

Encaminhamos anexo a Lei Municipal nº 2.448/2021, Lei Municipal nº 2.482/2021, Lei Complementar nº 2.643/2022 e Lei Municipal nº 2.808/2024.

Santa Maria de Jetibá-ES, 11 de março de 2025

DAVID RAASCH
Presidente Executivo do IPS/SMJ



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 2448/2021

HOMOLOGA O RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE OS RESULTADOS DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL, PARA SUPRIR CUSTO NORMAL E APOORTE PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO IPS/SMJ – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, para suprir custo normal e aporte para amortização do déficit atuarial do IPS/SMJ – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, constante no Anexo I desta lei.

Art. 2º. Para efeito do Plano de Custeio e obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial fica estabelecido que o Município de Santa Maria de Jetibá, em adição a sua Contribuição Previdenciária regular, é responsável pela realização de aportes mensais ao IPS/SMJ.

§ 1º. Para efeito do Plano de Custeio e obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme apurado na Avaliação Atuarial, o Município de Santa Maria de Jetibá fica responsável pela realização de aportes mensais adicionais às suas contribuições previdenciárias regulares.

§ 2º. O valor presente dos aportes segue o montante e a ordem de pagamento da tabela abaixo:

DEFICIT A AMORTIZAR PMBC + PMBaC					
ANO	SALDO INICIAL	APORTES	AMORTIZAÇÃO	JUROS	SALDO FINAL
2021	93.172.514,40	3.897.150,44	- 1.152.799,84	5.049.950,28	94.325.314,24
2022	94.325.314,24	4.639.000,86	- 473.431,17	5.112.432,03	94.798.745,41
2023	94.798.745,41	5.395.298,58	257.206,58	5.138.092,00	94.541.538,83
2024	94.541.538,83	6.363.107,41	1.238.956,01	5.124.151,40	93.302.582,82
2025	93.302.582,82	6.363.107,41	1.306.107,42	5.056.999,99	91.996.475,40
2026	91.996.475,40	6.363.107,41	1.376.898,45	4.986.208,97	90.619.576,95
2027	90.619.576,95	6.363.107,41	1.451.526,34	4.911.581,07	89.168.050,61
2028	89.168.050,61	6.363.107,41	1.530.199,07	4.832.908,34	87.637.851,54
2029	87.637.851,54	6.363.107,41	1.613.135,86	4.749.971,55	86.024.715,68
2030	86.024.715,68	6.363.107,41	1.700.567,82	4.662.539,59	84.324.147,85
2031	84.324.147,85	6.363.107,41	1.792.738,60	4.570.368,81	82.531.409,25
2032	82.531.409,25	6.363.107,41	1.889.905,03	4.473.202,38	80.641.504,22
2033	80.641.504,22	6.363.107,41	1.992.337,88	4.370.769,53	78.649.166,34
2034	78.649.166,34	6.363.107,41	2.100.322,60	4.262.784,82	76.548.843,74
2035	76.548.843,74	6.363.107,41	2.214.160,08	4.148.947,33	74.334.683,66
2036	74.334.683,66	6.363.107,41	2.334.167,56	4.028.939,85	72.000.516,10
2037	72.000.516,10	6.363.107,41	2.460.679,44	3.902.427,97	69.539.836,66
2038	69.539.836,66	6.363.107,41	2.594.048,27	3.769.059,15	66.945.788,39
2039	66.945.788,39	6.363.107,41	2.734.645,68	3.628.461,73	64.211.142,71
2040	64.211.142,71	6.363.107,41	2.882.863,48	3.480.243,93	61.328.279,23
2041	61.328.279,23	6.363.107,41	3.039.114,68	3.323.992,73	58.289.164,55
2042	58.289.164,55	6.363.107,41	3.203.834,69	3.159.272,72	55.085.329,86
2043	55.085.329,86	6.363.107,41	3.377.482,53	2.985.624,88	51.707.847,33
2044	51.707.847,33	6.363.107,41	3.560.542,09	2.802.565,33	48.147.305,24
2045	48.147.305,24	6.363.107,41	3.753.523,47	2.609.583,94	44.393.781,77
2046	44.393.781,77	6.363.107,41	3.956.964,44	2.406.142,97	40.436.817,33
2047	40.436.817,33	6.363.107,41	4.171.431,91	2.191.675,50	36.265.385,41
2048	36.265.385,41	6.363.107,41	4.397.523,52	1.965.583,89	31.867.861,89
2049	31.867.861,89	6.363.107,41	4.635.869,30	1.727.238,11	27.231.992,59
2050	27.231.992,59	6.363.107,41	4.887.133,41	1.475.974,00	22.344.859,18
2051	22.344.859,18	6.363.107,41	5.152.016,05	1.211.091,37	17.192.843,13
2052	17.192.843,13	6.363.107,41	5.431.255,32	931.852,10	11.761.587,82
2053	11.761.587,82	6.363.107,41	5.725.629,35	637.478,06	6.035.958,46
2054	6.035.958,46	6.363.107,41	6.035.958,46	327.148,95	0,00

Hilario Roepke
Prefeito Municipal



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 3º. Os valores dos aportes anuais previstos no § 2º, do art. 2º desta lei, serão divididos em 12 (doze) parcelas e no ato do pagamento devem ser atualizados mensalmente com base do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do mês anterior, devendo o primeiro aporte ser repassado ao IPS/SMJ até o último dia do mês posterior ao mês de publicação dessa lei e os demais aportes até o último dia de cada competência.

Art. 4º. O custeio normal da contribuição dos servidores ativos será no percentual de 14,00% e o patronal será no percentual de 17,20%.

Art. 5º. A contribuição dos inativos e pensionistas será de 14,00% sobre o que exceder do valor máximo do RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

Art. 6º. Haverá incidência do custeio normal e das contribuições do Ente, inclusive sobre o 13º salário da folha dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Art. 7º. No custeio normal do Ente, está incluída a taxa de administração de 3,00% (três por cento).

Art. 8º. O Município é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do IPS/SMJ, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 9º. O inciso VI do artigo 37 da Lei Municipal nº. 602, de 10 de outubro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37 [...]

VI – Despesas administrativas que serão limitadas a 3,00% (três por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao IPS/SMJ, relativo ao exercício anterior.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente, os artigos 2º, caput e §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 4º-A, 5º e 6º da Lei 995 de 10 de outubro de 2007, a Lei nº 1.489, de 28 de junho de 2012, os artigos 2º e 3º caput e §§ 1º e 2º da Lei nº 1981 de 14 de junho de 2017, os artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei 2018 de 19 de setembro de 2017, os artigos 2º, 3º, 4º e 5º da Lei 2113 de 22 de agosto de 2018, os artigos 2º, 3º, 4º e 5º da Lei 2182 de 20 de março de 2019 e os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 2347 de 23 de junho de 2020.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 05 de Julho de 2021.


HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal

CÓPIA



*Instituto de Previdência dos Servidores do
Município de Santa Maria de Jetibá - ES*



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 2482/2021

**ALTERA O ARTIGO 4º DA LEI MUNICIPAL Nº.
2448 DE 05 DE JULHO DE 2021 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 4º da Lei Municipal nº 2448 de 05 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. O custeio normal da contribuição dos servidores ativos, será no percentual de 14,00% e o patronal será no percentual de 17,20%, aplicável a partir do exercício financeiro seguinte ao da aprovação desta lei.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da publicação da Lei nº 2448/2021 de 05 de Julho de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 24 de Setembro de 2021.


HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal

CÓPIA



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 2643/2022

REESTRUTURA E REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO, SEDE, FORO E OBJETIVOS CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º. Esta Lei mantém, reestrutura e regulamenta o funcionamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá – IPS/SMJ, cria sua estrutura administrativa, passa a ser regido pelas disposições constantes na presente Lei.

§ 1º. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, é uma entidade autárquica, com personalidade jurídica própria, com prazo indeterminado, com sede e foro nesta cidade de Santa Maria de Jetibá e tem por fim assegurar aos seus Segurados e beneficiários o regime de previdência previstos nesta Lei.

§ 2º. A criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá está diretamente inserida no dever que tem o Município de Santa Maria de Jetibá, em prover a política de seguridade social dos seus servidores, visando, principalmente, o bom desempenho de suas funções e atribuições e a proteção efetiva que lhe será garantida por legislação específica.

§ 3º. Fica instituído na forma da presente Lei, o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores efetivos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal e regulamentado pela Lei Complementar nº. 2511 de 2021, prestará aos seus Segurados e dependentes os seguintes benefícios:

I – Em relação aos Segurados:

- a) Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
- b) Aposentadoria compulsória; e
- c) Aposentadoria voluntária.

II – Em relação aos dependentes:

- a) Pensão por morte.

TÍTULO II DA INSCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS CAPÍTULO I

DOS SEGURADOS E DOS DEPENDENTES

Art. 3º. São considerados Segurados e Dependentes do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Maria de Jetibá, os servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como, do Poder Legislativo do Município de Santa Maria de Jetibá, nos termos da Lei Complementar nº. 2.511 de 2021.

Parágrafo Único. A forma de inscrição dos Segurados e Dependentes, assim como os planos de benefícios garantidos aos Segurados e Dependentes estão previstos na Lei Complementar nº. 2.511 de 2021.

Helario Roepke
Prefeito Municipal

CÓPIA



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TÍTULO III DA RECEITA, ARRECADAÇÃO, RECOLHIMENTO E DESPESAS CAPÍTULO I DA RECEITA

Art. 4º. Os recursos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, são provenientes de:

I – Jóia correspondente a 3% (três por cento) do salário de contribuição de um ano de cada Segurado ao ingressar na Instituição, sendo recolhida em prestações mensais, até o prazo de 12 (doze) meses, exceto no caso de servidor efetivo, que por motivo de aprovação em novo concurso público e nomeação em novo cargo, tomando posse, e se já houver contribuído no anterior com o percentual de jóia, este será dispensado de nova contribuição.

II – Contribuição mensal do Segurado:

a) Em exercício, o percentual de 14% (quatorze por cento) calculado sobre os vencimentos brutos e vantagens pessoais permanentes, assim entendidos os quinquênios, avanços de padrão, adicionais de tempo de serviços e outros, que tenham previsão na legislação municipal;

b) Aposentados, o percentual de 14% (quatorze por cento) sobre a parcela que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, de que trata o Art. 201 da Constituição Federal.

III – Contribuição dos pensionistas, no percentual de 14% (quatorze por cento) sobre a parcela que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, de que trata o Art. 201 da Constituição Federal.

IV – Contribuições dos Poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações do Município de Santa Maria de Jetibá, no percentual de 17,20% (dezessete vírgula vinte por cento) calculados sobre o valor bruto dos vencimentos e vantagens pessoais permanentes dos Servidores Públicos Municipais Efetivos.

V – Rendimentos do capital que houver formado.

VI – Doativos filantrópicos.

VII – Auxílios do Executivo e Legislativo Municipal.

VIII – Rendas patrimoniais eventuais.

IX – Doações e legados.

X – Aluguéis de bens móveis e imóveis.

XI – Correção monetária sobre contribuição ou débitos de qualquer natureza.

XII – Aplicação no mercado financeiro de reserva e disponibilidade.

Parágrafo Único. O percentual previsto no inciso IV poderá sofrer alteração no momento em que o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, por força de Lei Federal promover o cálculo da avaliação atuarial anual apurando o equilíbrio financeiro e atuarial verificando a necessidade de aumento deste percentual, até o máximo instituído pela Lei Federal.

Art. 5º. Os servidores públicos municipais efetivos que forem nomeados para provimento de Cargos Comissionados ou Funções Gratificadas, contribuirão para o Regime Próprio de Previdência Social, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, tendo como base de cálculo, os vencimentos brutos e as vantagens pessoais permanentes do cargo efetivo.

Parágrafo Único. A gratificação referente à Função Gratificada e a diferença entre o valor dos vencimentos do Cargo Comissionado e os vencimentos brutos e as vantagens pessoais permanentes, serão destacados na folha de pagamento, sob código específico da não incidência de contribuição previdenciária.

Art. 6º. Ocorrendo insuficiência de recursos financeiros do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, o Conselho Deliberativo, justificadamente, pleiteará da Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal, uma fixação de novos percentuais de contribuição, como descrita no artigo 4º, por parte dos Segurados, do Município e da Câmara, restabelecendo o necessário equilíbrio orçamentário da Instituição.


Hilário Roepke
Prefeito Municipal

CÓPIA



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 2808/2024

HOMOLOGA O RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE OS RESULTADOS DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL, PARA SUPRIR CUSTO NORMAL E APORTE PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO IPS/SMJ – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, para suprir custo normal e aporte para amortização do déficit atuarial do IPS/SMJ – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, constante no Anexo I desta lei.

Art. 2º Para efeito do Plano de Custeio e obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial fica estabelecido que o Município de Santa Maria de Jetibá, em adição a sua Contribuição Previdenciária regular, é responsável pela realização de aportes mensais ao IPS/SMJ.

§ 1º Para efeito do Plano de Custeio e obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme apurado na Avaliação Atuarial, o Município de Santa Maria de Jetibá fica responsável pela realização de aportes mensais adicionais às suas contribuições previdenciárias regulares.

§ 2º O valor presente dos aportes, segue o montante e a ordem de pagamento da tabela de Financiamento do Déficit Atuarial, conforme abaixo:

Período	Ano	Amortização Déficit Atuarial	Amortização Insuficiência Financeira/2022	Total
01	2024	6.363.107,41	2.352.991,34	8.721.098,75
02	2025	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
03	2026	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
04	2027	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
05	2028	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
06	2029	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
07	2030	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
08	2031	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
09	2032	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
10	2033	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
11	2034	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
12	2035	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
13	2036	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
14	2037	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
15	2038	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
16	2039	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
17	2040	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41

CÓPIA

Adriano Roepke
Prefeito Municipal



*Instituto de Previdência dos Servidores do
Município de Santa Maria de Jetibá - ES*



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18	2041	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
19	2042	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
20	2043	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
21	2044	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
22	2045	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
23	2046	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
24	2047	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
25	2048	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
26	2049	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
27	2050	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
28	2051	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
29	2052	6.363.107,41	0,00	6.363.107,41
30	2053	1.839.000,00	0,00	1.839.000,00
31	2054	1.839.000,00	0,00	1.839.000,00
32	2055	0,00	0,00	0,00
33	2056	0,00	0,00	0,00
34	2057	0,00	0,00	0,00
35	2058	0,00	0,00	0,00

Art. 3º Os valores dos aportes anuais previstos no § 2º, do art. 2º desta lei, serão divididos em 12 (doze) parcelas e no ato do pagamento devem ser atualizados mensalmente com base do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do mês anterior, devendo o primeiro aporte ser repassado ao IPS/SMJ até o último dia do mês posterior ao mês de publicação dessa lei e os demais aportes até o último dia de cada competência.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente, a Lei Municipal nº 2448 de 05 de julho de 2021.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 03 de abril de 2024.

HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal

CÓPIA